

ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Palavras-Chave: ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE; PESSOA COM DEFICIÊNCIAS, ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

Autores(as):

Thaíse Carneiro dos Santos, Graduanda, Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP/UNICAMP

Caroline Nogueira de Moraes (Colaboradora), Doutoranda em Odontologia, área de concentração em Saúde Coletiva - FOP/ UNICAMP

Jean Carlos Baioni, Mestrando em Gestão e Saúde Coletiva, área de concentração em Saúde Coletiva - FOP/ UNICAMP

Prof. Dr. Marcelo de Castro Meneghim (Orientador), área de Odontologia Preventiva e Saúde Pública da Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP/UNICAMP

INTRODUÇÃO:

O artigo nº196 da constituição de 1988 estabelece a saúde como direito inegável a todo cidadão, garantido de forma ampla e igualitária, possuindo enfoque não apenas na cura às doenças, mas também na redução dos riscos de agravos gerais e na manutenção da qualidade de vida do indivíduo como um todo (BRASIL 1988). Nesse contexto, o Brasil dispõe do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual se organiza em áreas de abrangência nos estados e municípios nacionais, alcançando a universalidade e acesso igualitário dos seus serviços através do princípio de equidade (Corrêa et al., 2011; Lenz, 2019; Fernandes VBL, et al. 2023).

Um importante grupo de cidadãos que devem ser assistidos são as pessoas com deficiência, as quais, além de representarem uma proporção significativa da população, apresentam demandas especiais quanto à manutenção da saúde pois possuem limitações de ordem motora, intelectual, física ou comportamental, necessitando, portanto, de um protocolo de cuidado específico (Aranega et al, 2024). A Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2019 (IBGE, 2022) aponta uma prevalência de 17,2 milhões de pessoas com deficiência entre as faixas etárias a partir de 2 anos de idade, correspondendo a uma porcentagem de 8,4% da população nacional.

A saúde é determinada por diversos fatores, que muitas vezes não são abordados com a devida atenção. Nesse interim, a saúde bucal se destaca pois reverbera em diversas complicações no bem estar do indivíduo, além de se interligar com a saúde sistêmica, especialmente para as pessoas com deficiência (Miranda et al. 2024).

Estudos epidemiológicos apontam que a higiene bucal corrobora com o quadro clínico do paciente com deficiência, já que esses indivíduos possuem uma maior tendência para o desenvolvimento de complicações de natureza odontológica, tais como cárie, doença periodontal, traumatismos e má oclusão (Macêdo et al., 2018; Silva et al., 2018; Volquind et al., 2021). Essa vulnerabilidade está associada à interferência da saúde sistêmica, limitações psicomotoras que interferem na higienização, uso de medicações e dependência de cuidado de terceiros; estando os prejuízos à saúde bucal muitas

vezes proporcionais ao grau de limitação que a deficiência causa no paciente (Sampaio et al 2004; Sousa, Ariana et al., 2010).

Desta forma o objetivo deste estudo foi analisar o acesso ao serviço público de saúde bucal por pessoas com deficiência, na abrangência de Unidades de Saúde da Família (USFs).

METODOLOGIA:

ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O presente estudo seguiu conforme resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e foi submetido e aprovado junto ao Comitê Científico de Saúde de Piracicaba–SP e Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (CEP-FOP/UNICAMP), nº do parecer 6.525.020, CAAE: 74583423.6.0000.5418.

TIPO DE ESTUDO

Tratou-se de um estudo observacional transversal e analítico. A amostra foi composta de quarenta e nove pessoas com deficiência cadastradas nas unidades de saúde da família do município de Piracicaba, São Paulo, com participantes na idade mínima de dez anos e idade máxima de cem anos.

Foram incluídas na amostra pessoas com deficiência física, mental, auditiva ou visual, de qualquer idade, cor e sexo, residentes na área de abrangência das unidades de saúde da família, mediante aceite dos responsáveis e do próprio participante ao TCLE. Foram excluídos participantes que tenham realizado tratamento ou que estavam em tratamento odontológico e menores de 18 anos sem representantes legais.

Um estudo-piloto foi realizado antes da coleta de dados, com o objetivo de organizar e discutir possíveis problemas técnicos e operacionais, avaliar o entendimento dos itens do questionário e estimar o tempo necessário para a realização da coleta. Todos os procedimentos do estudo-piloto foram conduzidos conforme o planejado para o estudo principal, e possíveis alterações serão feitas de acordo com os problemas encontrados.

As informações foram coletadas do sistema vigente utilizado pelas USF, onde tivemos o contato do paciente, como telefone, celular, e-mail e endereço, assim podemos contata-los e perguntar se estariam disponíveis para responder o questionário, podendo ser pessoalmente na unidade de saúde ou durante visita domiciliar. Nesse contato com os pacientes voluntários e início da coleta de dados foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes e os representantes legais dos participantes, onde foram esclarecidas questões do estudo, do sigilo dos dados obtidos e a livre decisão de participação do estudo, não havendo assim prejuízo aos serviços prestados pelas USFs.

A variável desfecho acesso ao serviço foi obtida através do georreferenciamento dos pacientes, infraestrutura das USFs e um questionário semiestruturado, adaptado de Barros e Beraldi (2002), Sala et al., (2011); e, Lemos e Katz (2012), com perguntas fechadas e abertas, organizado em blocos: I) indivíduo e II) acesso ao tratamento na unidade de saúde da família que foi aplicado ao participante ou responsável.

Todos os dados foram arquivados com códigos de identificação em planilhas eletronicamente no Microsoft Office Excel para Windows, sendo realizada uma análise descritiva e confecção dos gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A caracterização da amostra incluiu a participação de 22 mulheres e 27 homens, com idades variando de 5 a 100 anos, e uma mediana de 55 anos. Conforme o primeiro gráfico, 34,7% (n = 17) dos participantes apresentam deficiência intelectual. Quanto à escolaridade dos participantes, 30,6% (n= 15) são analfabetos, enquanto apenas 2% (n= 1) cursou o ensino superior, embora não o tenham concluído.

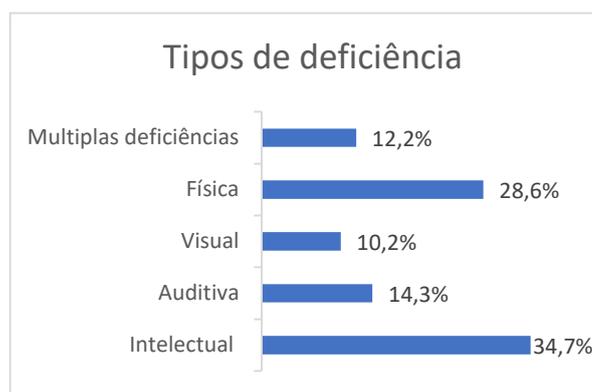


Gráfico 1. Tipos de deficiência dos participantes

Quanto à residência, 75,5% (n=37) dos participantes possuem casa própria, 14,3% (n=7) moram de aluguel e 10,2% (n=5) vivem em uma residência cedida, com uma média de 3 moradores por residência. Em relação ao plano de saúde, 20,4% (n=10) possuem cobertura, enquanto 79,6% (n=39) não possuem. Apenas 6,1% (n=3) têm plano odontológico. Quando perguntados sobre os programas de distribuição de renda, apenas 30,6% (n=15) são amparados por esses programas.

Quando questionados sobre programas de distribuição de renda, 30,6% (n=15) são beneficiados por esses programas. Não que diz respeito à necessidade de cuidadores, 34,7% (n=17) dos entrevistados não precisam de cuidadores, mas 82% (n=40) cuidam de sua própria higiene bucal.

Em relação ao acesso ao serviço odontológico na unidade de saúde, 49% dos entrevistados disseram buscar atendimento, sendo menos da metade da amostra. Quando comparado a outros serviços oferecidos, 98% dos entrevistados procuraram esses serviços (conforme a Tabela 1). Esse resultado reforça o achado do estudo de Rocha et al. (2015), que evidencia que 43,1% das pessoas com deficiência não consideram o atendimento odontológico uma prioridade nas Unidades Básicas de Saúde, 52,5% geralmente não buscam atendimento odontológico e, das que procuram, 76,3% acham difícil receber atendimento, e 84,5% só buscam atendimento com caráter de urgência. Além disso, 45% desconhecem os serviços oferecidos na UBS.

Tabela 1. Acesso aos serviços de saúde por Pessoas com Deficiência

	n	%
Já procurou/procura atendimento odontológico na USF?		
Sim		
Frequentemente	9	18.4%
Às vezes	5	10.2%
Raramente	10	20,4%
Total	24	49.0%
Não		
Não precisou de atendimento	13	26.5%
Não sabia do serviço	2	4.1%
Tem convênio	3	6.1%
Procura atendimento particular	4	8.2%
Outros motivos	3	6.1%
Total	25	51%
Procura os outros serviços da unidade de saúde?		
Sim	48	98%
Não	1	2%
Quais outros serviços da unidade de saúde são acessados?		
Consulta médica	41	83.7%
Vacinas	49	100%

Pedido de exames	42	85.7%
Receitas	41	83.7%

Quando questionados se enfrentaram barreiras para acessar o serviço de saúde bucal, 59% (n=29) dos participantes relataram encontrar dificuldades, incluindo barreiras de comunicação, equipamentos e físicos.

Esses resultados corroboram estudos como o de Rocha et al. (2015), que revelaram que 43,8% dos dentistas relataram infraestruturas e ambientes inseguros, além de dificuldades de transporte como barreiras geográficas no serviço odontológico. A falta de acessibilidade nas unidades de saúde e em seus arredores não promove o tratamento adequado para pessoas com deficiência. Barreiras culturais, organizacionais, arquitetônicas, geográficas e de comunicação restringem a demanda e o uso de serviços odontológicos por esse segmento.

CONCLUSÕES:

A falta de acessibilidade nas unidades de saúde e em seus arredores, além de barreiras culturais, organizacionais, geográficas, socioeconômicas e de comunicação, restringem a demanda e o uso de serviços odontológicos por pessoas com deficiência. É essencial um maior apoio político para melhorar a infraestrutura e a organização desses serviços, a fim de garantir um atendimento inclusivo e eficaz para todos.

BIBLIOGRAFIA

ARANEGA, Alessandra marcondes et al. **Percepção da qualidade de vida de pacientes com deficiências mentais ou alterações neurológicas com necessidade de extração dentária.** ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION, v. 13, n. 6, p. 1924–1933, 28 jun. 2024.

BRAGA, Viviane braga lima et al. **Representações sociais de médicos da Atenção Primária sobre a atenção à saúde para pessoas com deficiência.** Interface - Comunicação Saúde Educação, v. 27, 1 jan. 2023.

CARVALHO, Leticia Ferreira; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves; FARAH, Beatriz Francisco. **Rede de atenção à saúde bucal para Pessoas com Deficiência: desafios e potencialidades da Atenção Primária à Saúde.** Research, Society and Development, v. 12, n. 2, p. e3012239655, 14 jan. 2023.

CONDESSA, Aline Macarevich et al. **Atenção odontológica especializada para pessoas com deficiência no Brasil: perfil dos centros de especialidades odontológicas, 2014.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, n. 5, 2020.

CORRÊA, Áurea Christina de Paula et al. **Acesso a serviços de saúde: olhar de usuários de uma unidade de saúde da família.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 32, p. 451–457, 1 set. 2011.

LENZ, Taís Cristiane. **Acolhimento na estratégia de saúde da família na perspectiva das pessoas com deficiência física que residem em contexto rural.** [s.l: s.n.].

IBGE | Biblioteca | Detalhes | Pesquisa nacional de saúde : 2019 : ciclos de vida : Brasil / IBGE, de Trabalho e Rendimento, [Ministério da Saúde]. Coordenação Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2101846&view=detalhes>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) CENTRO LATINO AMERICANO DE DEMOGRAFIA (CELADE) A INFLUENCIA DA MIGRAÇÃO NOS MERCADOS DE TRABALHO URBANO DAS CAPITAIS DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO -1980. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/fec11251-7c80-48d1-a0e43429b1ec5ef6/content>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

XAVIER, José Carlos Mendes Moreira et al. **Silêncio e invisibilidade : Iniquidades expressas na comunicação sobre deficiência em campanhas do Ministério da Saúde, entre 1988 e 2020.** Fiocruz.br, 2020.

MACÊDO, Giulian Lennon de et al. **Acesso ao atendimento odontológico dos pacientes especiais: a percepção decirurgiões-dentistas da atenção básica.** repositório.ufrn.br, 2018.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte et al. **O acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: a percepção de profissionais e gestores da atenção primária à saúde.** Saúde e Sociedade, v. 33, n. 2, 1 jan. 2024.

PAIM, Jairnilson Silva; SILVA, Ligia Maria Vieira da. **Universalidade, integralidade, equidade e SUS.** 2010.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PERCEÇÃO DE SEUS CUIDADORES QUANTO AO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO | RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218. recima21.com.br, 6 fev. 2021.

ROCHA, Lyana Leal; DE LIMA SAINTRAIN, Maria Vieira; VIEIRA-MEYER, Anya Pimentel Gomes Fernandes. **Access to dental public services by disabled persons.** BMC oral health, v. 15, n. 1, p. 35, 2015.

SAMPAIO, Eliane Ferreira; NEVES, Fátima César; ALMEIDA, Maria da Glória Martins. **Perfil odontológico dos pacientes portadores de necessidades especiais atendidos no Instituto de Previdência do Estado do Ceará.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 17, n. 3, p. 127-134, 2004.

SILVA, Hugo Martins et al. **A percepção dos cuidadores de Pacientes com Necessidades Especiais na higiene bucal em um município baiano.** Revista da Faculdade de Odontologia de Lins, v. 28, n. 1, p. 27, 28 jun. 2018.

SILVA, Rosele Barbosa de Souza. **Acesso aos serviços odontológicos de saúde para pacientes especiais: revisão sistemática.** Ri.ufs.br, 2018.

SOUSA, Ariana et al. **IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM PRECOCE NO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.** Congresso Interdisciplinar - ISSN: 2595-7732, v. 6, n. 1, 2021.

SOUSA, Maria Helena Egídio Andrade et al. **Acesso de pessoas com deficiência na atenção primária de saúde e o impacto na qualidade de vida em um município da microrregião de Cajazeiras.** OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, v. 22, n. 1, p. 2891–2909, 25 jan. 2024.